

Turismo de Natureza Acessível – Percursos Pedestres

ANTÓNIO LAGO QUEIROZ * [queirozlag@gmail.com]

Resumo | As actividades de natureza, como o montanhismo ou o pedestrianismo deixaram de ser vistas apenas como uma prática desportiva para um público restrito, para se transformarem progressivamente num enorme recurso turístico, movimentando actualmente milhões de pessoas por países dos cinco continentes. Esta realidade, perfeitamente consolidada noutros países da Europa, começa a dar os primeiros sinais efectivos no nosso país.

Por outro lado, o conceito de acessibilidade e de um turismo para todos é cada vez mais assumido, não só como um dever social de integração, mas também como uma oportunidade de negócio, dado que os cidadãos portadores de alguma forma de incapacidade representam actualmente uma importante quota de potenciais clientes. Este facto é confirmado pela procura crescente de destinos turísticos acessíveis por parte de grupos com estas características, principalmente oriundos do mercado internacional.

O Congresso de Turismo Acessível na Lousã veio de uma forma marcante sensibilizar vários agentes para estes temas. O presente artigo disserta sobre o Turismo de Natureza focado nos percursos pedestres e a Acessibilidade neste contexto, referindo o desafio que implica esta abordagem. Neste trabalho, são expostas duas iniciativas práticas que surgiram deste congresso e que demonstram o facto significativo desta reunião ter impulsionado num curto prazo de tempo o desenvolvimento de projectos concretos que em breve poderão ser implementados no terreno.

* **Licenciado em Medicina Dentária** pela Universidade do Porto. **Técnico de Percursos Pedestres** pela FCMP - Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e pela FEDME - *Federación Española de Deportes de Montaña y Escalada*. **Formador e Consultor** em Turismo de Natureza.

1. Introdução

1.1. Turismo de natureza

As actividades de natureza eram até há relativamente pouco tempo, práticas exclusivas de um público específico. O montanhismo, sendo a face mais visível desta actividade era praticado por pessoas preparadas, com uma forte motivação para este desporto, habitualmente conhecedoras do meio físico e das técnicas inerentes a esta prática.

Nos finais dos anos 80, numa boa parte dos países europeus, esta realidade sofre uma mudança drástica. O apelo pelo denominado turismo de natureza alastra pela população em geral, movimentando sobretudo os habitantes dos grandes meios urbanos. A procura de uma actividade salutar, a redescoberta das raízes rurais, o desfrutar dos espaços abertos e de destinos não massificados foram argumentos determinantes para esta demanda de um novo público para este tipo de turismo.

Passamos a ter uma actividade praticada por indivíduos que não estão, na sua maioria, preparados para ir para um meio natural, sendo por isso necessários meios de apoio para que desfrutem desta actividade com a máxima segurança. No seguimento desta filosofia, nascem os caminhos pedestres marcados ou balizados, possibilitando o acesso a vários locais de pessoas que não possuem grandes conhecimentos de orientação.

Por outro lado, esta procura crescente, transformou uma prática essencialmente desportiva num fenómeno turístico de uma importância cada vez maior, com significativas implicações económicas e sociais, devido ao reconhecimento unânime das vantagens destas actividades de lazer em espaço natural, como a maior sensibilização para as questões ambientais, a recuperação do património natural e rural e o incremento de um estilo de vida mais saudável, através do exercício físico.

Segundo dados oficiais do Ministério do Turismo de Andorra, em 2005 cerca de três milhões de pessoas acorreram àquele território, com o intuito principal

de andar a pé (Serrano, 2006:22). Este número fica aquém dos onze milhões que se deslocaram no mesmo ano ao principado para a prática de esqui, mas reflecte a crescente importância que esta vertente do turismo de natureza assume no mercado turístico mundial.

1.2. Acessibilidade no turismo de natureza – percursos pedestres acessíveis

O turismo e o lazer são encarados actualmente como elementos fundamentais da nossa sociedade, constituindo-se como indicadores de qualidade de vida e integração social, sendo o acesso a eles tão fundamental como o acesso à educação ou ao trabalho.

O lazer é um elemento essencial no desenvolvimento físico, psicológico e social do ser humano; no caso das pessoas portadoras de incapacidade este facto assume uma importância acrescida, assumindo-se como uma parcela importantíssima para a verdadeira integração.

O turismo é assim reconhecido como um bem social importante, devendo estar ao alcance de todos os cidadãos, sem que ninguém se sinta excluído pela sua condição física, intelectual, económica ou social. Num cenário de plena acessibilidade, pretende-se além do acesso a todos os indivíduos, que haja também um interrelacionamento entre eles. Mais do que pensar em turismo acessível, como um sector diferenciado, devemos interiorizar o conceito de turismo para todos.

A abrangência da acessibilidade no turismo de natureza vai muito para além das pessoas portadoras de incapacidade, como usualmente são tipificadas. As famílias com filhos pequenos, deslocando-se com carrinhos de bebé, e todos os cidadãos que devido a algum problema de saúde temporário ou permanente se encontram limitados no seu desempenho físico só terão acesso a determinados locais de interesse natural se forem criadas estruturas específicas para esse fim.

Também o envelhecimento progressivo da população, a par de um crescimento acentuado do turismo praticado por este público, reforça a ideia que o universo de potenciais turistas com este tipo de necessidades é já muito significativo no presente e sê-lo-á ainda mais no futuro.

1.2.1. Desafios da acessibilidade em meio natural

Terreno

As características do terreno (solo pouco consistente e irregular), a orografia e os acessos a determinados locais, difíceis até para pessoas sem qualquer incapacidade, tornam alguns destes cenários naturalmente adversos para pessoas com mobilidade reduzida. Mesmo onde já existem estruturas de apoio aos utilizadores, o equipamento é frequentemente inadequado para cidadãos com incapacidade.

O recurso a algumas soluções técnicas permite ultrapassar a maioria destas barreiras. Muitas dessas soluções são importadas dos conceitos usados na acessibilidade urbana, adaptados obviamente para um cenário mais exigente, principalmente em termos de impacto ambiental.

A acessibilidade em meio natural constitui assim um desafio acrescido, não invalidando contudo que não se invistam todos os esforços para o conseguir, como provam alguns exemplos de autênticas proezas levadas a cabo por pessoas com incapacidade, mostrando que aos agentes promotores de um meio mais acessível cabe apenas o papel de dar uma pequena ajuda para que muitas barreiras sejam ultrapassadas.

Impacto

Ao elaborar um projecto de acessibilidade em meio natural temos necessidade do recurso a uma série de soluções técnicas que viabilizem a ultrapassagem das variadas barreiras de um terreno por si só desfavorável, e permitam com toda a segurança o acesso das pessoas com incapacidade

a locais com assinalável riqueza (biológica, cultural ou paisagística).

Algumas destas soluções introduzem inevitavelmente um impacto no meio natural. A montagem de rampas, mesmo recorrendo a materiais “naturais”, ou as cores obrigatoriamente contrastantes usadas nos suportes de informação, visando as pessoas com visibilidade reduzida (não invisuais), são apenas dois exemplos de situações causadoras de impacto visual.

No entanto, o aparecimento de materiais inovadores, como os novos pavimentos ou as fibras com base na madeira, permitem-nos hoje criar estruturas funcionais, duradouras e menos agressivas para o meio ambiente.

O trabalho integrado entre os agentes promotores destas estruturas e as entidades que gerem os espaços naturais é fundamental para que estes projectos sejam funcionais mas equilibrados.

Na busca deste equilíbrio, cabe aos promotores e técnicos envolvidos nos projectos de acessibilidade:

- A busca exaustiva de soluções que, embora funcionais, procurem evitar ao máximo o impacto no terreno;
- A consciência que muitas das soluções mais equilibradas só são possíveis com o recurso a materiais bastante dispendiosos;
- A noção de que nem todos os locais podem ser acessíveis, pelo menos numa perspectiva razoável de custos e impacto, implicando uma escolha criteriosa na localização destes projectos.

Cabe igualmente às entidades gestoras dos espaços naturais:

- Assumir estes projectos, com todas as suas implicações, não propondo soluções de compromisso que levem a que os projectos fiquem a meio caminho. Não existem locais “meio acessíveis”. A acessibilidade tem lógica como um conceito pleno.

Este compromisso com a acessibilidade pressupõe uma abertura por parte destas entidades,

tolerando algumas situações que só se justificam neste enquadramento da acessibilidade, e por serem inevitáveis para se atingir a funcionalidade pretendida.

Custos

A implementação de um caminho pedestre acessível com todos os elementos e intervenções indispensáveis ao conceito de acessibilidade acarreta inevitavelmente mais custos do que uma estrutura convencional.

Por outro lado, muitos dos materiais utilizados no sentido de minimizar os impactos ambientais são, por si só, bastante caros (ex: novos pavimentos permeáveis), ou não sendo na sua origem dispendiosos, são-no pela manutenção que é necessária à sua preservação (ex: passarelas em madeira).

Contudo, este factor não deve ser motivo de desencorajamento, levando antes a uma análise criteriosa no momento de planear estes projectos, podendo limitar a quantidade, mas nunca abdicando da qualidade.

Diversidade de públicos

Para o planeamento de um percurso acessível teremos, antes de mais, de ter em atenção o tipo de pessoas que pretendemos satisfazer. Assim, classificamos como indivíduos com necessidades especiais de acessibilidade:



Pessoas que se deslocam em cadeira de rodas de uma forma autónoma.



Pessoas que se deslocam em cadeira de rodas com ajuda (incluímos igualmente neste grupo os indivíduos que se fazem acompanhar de carrinhos de transporte de crianças).



Pessoas com dificuldades de locomoção (incluindo neste grupo todos os indivíduos que, temporária ou permanentemente se encontram

limitados na sua locomoção, necessitando para isso da ajuda de canadianas ou outro meio de auxílio. Incluímos também neste grupo todos os que, pela idade mais avançada ou por problemas de saúde, estão impedidos de fazer percursos muito exigentes do ponto de vista físico).



Invisuais e as pessoas que, não sendo invisuais, possuem dificuldades significativas na visão.



Pessoas com incapacidade auditiva (total ou parcial).



Pessoas com incapacidade de compreensão.

Os diversos tipos de incapacidade exigem o recurso a diferentes soluções técnicas. Como exemplo da complexidade deste tipo de trabalho, temos o caso dos invisuais que em termos de comunicação e deslocação têm necessidades muito diferentes das pessoas com deficiência visual (ex: amblíopes).

Contudo, podemos identificar dois aspectos valorizados de uma forma prioritária por todos: o acesso a uma informação fiável e a segurança. A informação disponibilizada é realmente essencial, dado que estas pessoas necessitam de saber com clareza onde podem circular, o que podem fazer e que equipamentos podem utilizar. A segurança, devendo ser um elemento presente em qualquer projecto, deverá ser encarado de uma forma ainda mais reforçada quando se trata de pessoas com necessidades especiais, dadas as suas maiores dificuldades em resolver algumas situações de risco.

A ambição de conseguir uma integral acessibilidade, contemplando todos estes indivíduos, obriga-nos a uma pesquisa exaustiva em relação às necessidades de cada um, tentando ver o que nos rodeia do ponto de vista da pessoa com incapacidade. É um trabalho complexo mas igualmente aliciente.

2. PR 5 LSA – Trilho do Espigão – percurso pedestre acessível

Enquadrado no Congresso de Turismo Acessível que decorreu na Lousã, a Provedoria Municipal das Pessoas com Deficiência da Lousã, em consonância com o programa “Lousã Acessível”, lançou o desafio de se elaborar um projecto concreto para tornar universal a acessibilidade na Serra da Lousã. O objectivo era possibilitar o acesso das pessoas com incapacidade a este cenário natural, permitindo-lhes, para além do mais, a observação de espécimes da população cervídea que actualmente povoa as encostas desta serra (uma das maiores atracções turísticas da Serra da Lousã).

Este projecto consistia na elaboração de um percurso pedestre, sinalizado e concebido segundo as normas da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), entidade que regula este tipo de instalações, visando a sua homologação, como certificado da sua qualidade e a sua integração na rede nacional e europeia de percursos pedestres.

A designação PR deve-se ao facto de se tratar de uma Pequena Rota (possui menos de 30 km) e a sigla LSA assinala que decorre no concelho da Lousã. As marcas e as cores utilizadas são o amarelo e o vermelho, características das Pequenas Rotas.

O Trilho do Espigão (PR5 LSA) fará parte de uma rede mais alargada de percursos pedestres a implementar na Serra da Lousã, indo ao encontro da estratégia de regulação no uso deste território pelas diferentes vertentes de turismo de natureza, estando assim incluído na carta desportiva da Lousã.

Este poderá ser o primeiro percurso pedestre homologado pela FCMP, totalmente acessível e concebido propositadamente com essa finalidade, tentando contribuir para que o Turismo Acessível se torne cada vez mais uma realidade.

Este percurso pretende não ser apenas mais um recurso na oferta turística da Lousã, mas constituir só por si uma motivação, para as pessoas se deslocarem a este local.

2.1. Localização e traçado

O percurso, com 1.200 m de extensão (2.400 m, ida e volta), situa-se na Serra da Lousã, junto à estrada nacional 236 que liga Lousã a Castanheira de Pêra, numa saída à esquerda, cerca de 200 metros após o km 28 (Figura 1).



Figura 1 | Localização do trilho (Fonte: Google Earth).

O seu início situa-se numa clareira aí existente, aproveitando esse espaço para criar vários lugares de estacionamento, alguns deles concebidos especificamente para pessoas com deficiência. Aí ficarão instalados os sanitários de apoio e o painel informativo que dará aos utentes as indicações mais úteis para poderem utilizar este percurso.

A partir deste ponto, o trilho evolui para Noroeste, entre os pinheiros, paralelamente a um caminho já existente. Apesar dos desníveis não serem muito acentuados, em alguns pontos poderão ser consideráveis, em termos de acessibilidade. A opção de traçar o caminho no meio do arvoredo permite evoluir em “zig-zag” entre as árvores (Figura 2), vencendo os desníveis com inclinações mínimas e evitando também o conflito de utilização do caminho já existente, com outros tipos de utilizadores (bicicletas e veículos motorizados todo-o-terreno). Esta opção, torna, para além dos aspectos já referidos, o trilho muito mais agradável.



Figura 2 | Direcção seguida pelo percurso.

Quando nos aproximamos do terço final do percurso, este deriva para a direita, saindo do arvoredo, em direcção ao seu final, no marco geodésico do Espigão.

Este é um local de assinalável beleza, pela paisagem que se pode desfrutar. Podem-se avistar daqui os contornos de algumas das serras mais emblemáticas da zona centro, como o Caramulo, o Buçaco e a Boa Viagem. Contempla-se igualmente uma espectacular vista sobre o Trevim, a aldeia do Catarredor e todo o vale da Lousã. Este é, além do mais, um dos pontos privilegiados para a observação da fauna, nomeadamente dos cervídeos (cursos e veados).

Para enriquecer este percurso será implementada nesta zona uma pequena área de lazer, com equipamento pensado na acessibilidade (mesas) e uma varanda, para melhor e de uma forma mais segura se poderem observar todos os pontos de interesse (Figura 3).

Esta estrutura, além de dar algum sentido ao percurso, dado que se torna um objectivo, antes de fazer o trilho de regresso, possibilitará igualmente desenvolver outras actividades, como por exemplo a observação de astros, havendo assim uma multidisciplinaridade no seu uso.

Os materiais usados neste equipamento serão alvo de discussão, tentando compatibilizar o mínimo impacto com a segurança e a durabilidade.

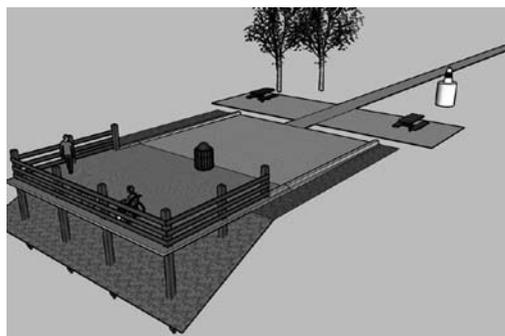


Figura 3 | Zona de lazer junto ao final do percurso.

2.2. Soluções técnicas adoptadas

2.2.1. Declives

O traçado em “zig-zag” entre as árvores, possibilita não exceder os 6% de desnível, durante o percurso.

2.2.2. Pavimento

A solução adoptada em termos de pavimento obedecerá a algumas características:

- Largura de 1,5 m (o mínimo necessário para se poderem cruzar duas cadeiras de rodas);
- Estável (duro e anti-derrapante);

- Regular (ausência de ressaltos ou degraus);
- Sensorial (fácil de seguir, diferenciando-se do meio pelo tacto e pela visão). Esta solução é aplicada através de uma faixa com uma diferente textura, inserida ao longo de todo o pavimento, permitindo aos invisuais detectá-la pelo tacto (nos pés), servindo assim de guia (Figura 4). Esta faixa possui, além da textura, uma cor contrastante com o pavimento, servindo igualmente de guia às pessoas com visão reduzida (Figura 5).

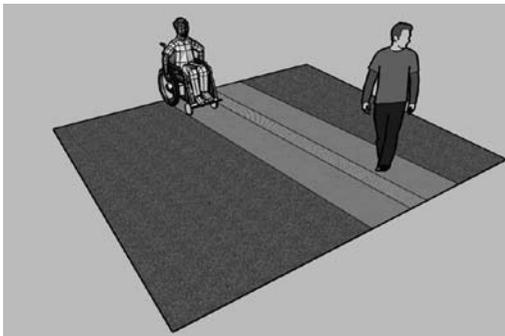


Figura 4 | Pavimento sensorial.

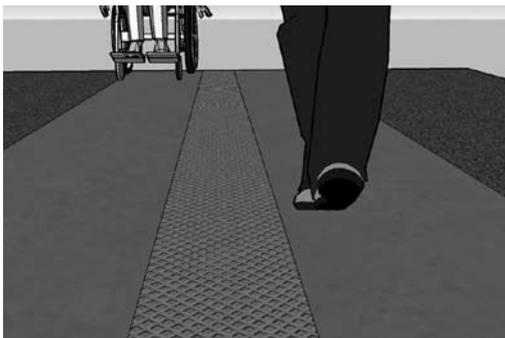


Figura 5 | Pavimento sensorial (pormenor da faixa central com textura diferenciada).

2.2.3. Sinalética

A sinalética usada seguirá as normas da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (Figura 6), havendo todavia que atender a determinadas especificações:

- A sua colocação será efectuada de maneira a minimizar o risco de colisão;
- A sua estrutura não pode constituir um risco de lesão (evitar arestas e zonas cortantes);
- Colocação dos painéis informativos no máximo até 1,75 m de altura, centrado a 1,60 m (Figura 7).

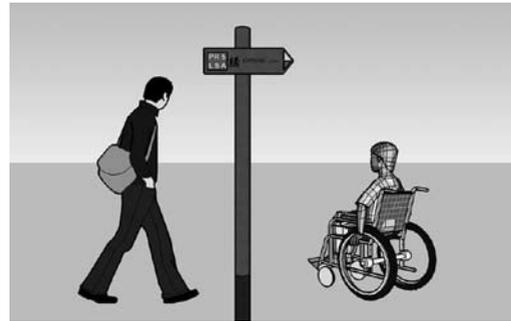


Figura 6 | Exemplo de sinalética utilizada.

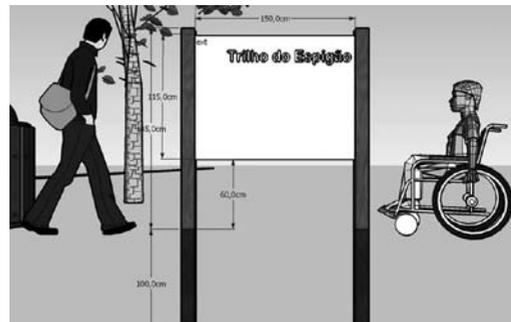


Figura 7 | Colocação dos painéis com altura adequada a utilizadores de cadeiras de rodas.

2.2.4. Suportes de informação

A informação gráfica disponibilizada deverá possuir uma visibilidade acrescida, visando a percepção por parte dos indivíduos com visão reduzida (o ideal será poderem ser lidos a uma distância de 5 m). Nos painéis informativos e outros suportes de informação, foram também seguidos alguns princípios:

- Contorno nítido;
- Mensagens de fácil compreensão;

- Tipo de letra perceptível (verdana, arial, helvética ou universal);
- Maior separação de caracteres;
- Contraste de cor entre os caracteres e o painel, e entre este e o meio que o rodeia;
- Cores não ofuscantes;
- Vidros anti-reflexo;
- Colocação em locais com boa exposição à luz, sem reflexos.

2.2.5. Tipos de informação

A informação sobre o percurso será facultada em vários suportes:

- Visual – painéis informativos, mesas interpretativas e desdobráveis fornecidos em vários locais (postos de turismo, hotéis, restaurantes e associações locais que trabalham com pessoas com incapacidade).
- Táctil – textos em Braille, mapas e mesas interpretativas em relevo.
- Acústica – possibilidade de serem disponibilizados, igualmente nos postos de turismo e hotéis, aparelhos sonoros portáteis (audio-guias) que poderiam ser emprestados mediante uma caução e transportados para o percurso, onde seriam escutadas as informações previamente gravadas.

2.3. Parcerias

A participação activa da Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL) neste projecto é mais uma vertente do comprometimento desta iniciativa na integração das pessoas com deficiência.

Tendo esta associação um papel fundamental no acolhimento e integração de alguns destes cidadãos e possuindo capacidade para efectuar algumas das estruturas necessárias para este trabalho, será naturalmente a parceria ideal para este projecto.

Todas as estruturas em madeira poderão ser executadas na serração e carpintaria da ARCIL. Também a mesa de interpretação colocada na varanda, na zona do marco geodésico, poderá ser efectuada em cerâmica (em relevo), sendo produzida igualmente pela ARCIL.

O envolvimento desta e de outras entidades que representam e trabalham com pessoas incapacitadas (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal – ACAPO e Quinta da Paiva – Miranda do Corvo) é igualmente fundamental na divulgação e dinamização desta estrutura através de iniciativas lúdicas, desportivas ou científicas em que utilizem este equipamento.

2.4. Conclusão

O Trilho do Espigão está, neste momento, na lista de prioridades da Câmara Municipal da Lousã. É uma aposta concreta na acessibilidade em Turismo de Natureza, cumprindo assim uma obrigação social, sendo ao mesmo tempo um rótulo de inovação e qualidade numa marca em que a Lousã se vem afirmando como destino turístico.

Este trabalho despertou já o entusiasmo de algumas entidades oficiais ligadas ao Turismo e à Solidariedade Social, podendo-se constituir como um projecto-piloto a ser seguido noutros cenários do nosso território.

3. Caminhos de xisto acessíveis – ADXTUR¹

O Plano de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto visa desenvolver todo o potencial das Aldeias do Xisto da Região Centro de Portugal, através de todo o seu património histórico, cultural e social (Carvalho, 2006).

¹ Projecto efectuado em co-autoria com o Engenheiro Pedro Pedrosa (ADXTUR).

Neste plano de desenvolvimento, o turismo assume uma prioridade transversal em muitos dos seus projectos. Neste contexto, procurando uma intervenção a nível local, com a criação de novos produtos turísticos adequados aos recursos existentes, surgiram os Caminhos de Xisto. O objectivo é o de implementar em algumas aldeias da rede, percursos pedestres de Pequena Rota devidamente homologados.

Os Caminhos de Xisto permitem a quem os realiza, descobrir não só as aldeias, mas também a sua envolvente, ligando pontos de interesse que noutro tipo de abordagem passariam despercebidos.

A Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR), participante activa no Congresso de Turismo Acessível da Lousã e totalmente receptiva aos desafios lançados neste congresso, assumiu como prioritário o estudo de soluções de acessibilidade para as Aldeias de Xisto.

Neste contexto, foi delineado um plano de trabalhos, do qual resultou uma candidatura à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Este projecto consta da implementação numa Aldeia do Xisto (Gondramaz) de um percurso pedestre acessível que tenha um carácter modelo, servindo de experiência piloto com vista à sua possível aplicação noutras aldeias.

Através deste plano de implementação de percursos acessíveis, denominados “Caminhos de Xisto Acessíveis”, complementados com intervenções ao nível dos serviços disponíveis nas aldeias (sanitários, lojas, alojamento e restauração), visando a sua acessibilidade, a ADXTUR procura atingir os seguintes objectivos:

- Inovar do ponto de vista das infra-estruturas turísticas;
- Alargar a toda a população a possibilidade de desfrutar das actividades de lazer associadas às Aldeias de Xisto, ampliando assim o seu público-alvo;

- Melhorar a qualidade de vida dos residentes nas aldeias, nomeadamente dos que são portadores de alguma incapacidade, possibilitando-lhes a utilização destes espaços.

3.1. Caminho de xisto acessível de Gondramaz

A escolha de Gondramaz para a implementação deste projecto piloto resultou de um estudo prévio sobre quatro possíveis localizações. A opção tomada foi baseada em critérios relacionados com a acessibilidade rodoviária à aldeia e a exequibilidade do projecto, tendo em atenção a orografia da zona e os custos associados.

Esta iniciativa contou de imediato com o apoio e o envolvimento da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

O relevo da aldeia é de alguma maneira favorável ao conceito de acessibilidade que se pretende. No entanto, os caminhos já existentes não possibilitam o acesso a pessoas com compromissos em termos de mobilidade.

A aldeia de Gondramaz sofreu nos últimos anos consideráveis obras de requalificação levadas a cabo pela Câmara Municipal de Miranda do Corvo, sendo neste momento um dos mais promissores exemplos daquilo que se pretende ser uma Aldeia de Xisto. O projecto de um Percurso Pedestre Acessível, nesta fase, vem complementar este trabalho e enriquecer ainda mais este destino, permitindo o seu acesso a pessoas com incapacidade.

Na fase inicial deste trabalho foi essencial a parceria com algumas entidades, como a Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade da Lousã, a Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL) e a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), nomeadamente com algumas visitas ao terreno, fundamentais para a percepção das exigências inerentes a cada tipo de incapacidade.

O percurso acessível projectado tem cerca de 500 m de extensão (linear), percorrendo a aldeia e a sua envolvente, obedecendo às condicionantes técnicas inerentes à sua própria acessibilidade, semelhantes às que foram seguidas no Trilho do Espigão, e foi executado, obedecendo às normas exigidas para a sua homologação, visando a sua divulgação e certificação da sua qualidade.

A candidatura deste projecto foi aprovada pela Comissão de Coordenação da Região Centro, tendo sido inaugurado em Novembro de 2008.

Bibliografia

- Serrano, D., 2006, Andorra, Motor de la Economía, *Grandes Espacios*, Diciembre, Edit. Desnivel, pp. 19-28.
- Carvalho, A., 2006, Programa das Aldeias do Xisto: Caminhos para o Turismo de Montanha, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n.º 6, pp. 27-30.